Da língua à cultura científica

a Revista Internacional de Língua Portuguesa

From scientific language to scientific culture: the Revista Internacional de Língua Portuguesa

Cristina Montalvão Sarmento

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/546>

DOI: 10.4000/cultura.546

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2009

Paginação: 269-290

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Cristina Montalvão Sarmento, « Da língua à cultura científica », *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013, consultado a 21 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/546> ; DOI : 10.4000/cultura.546

Da língua à cultura científica: a *Revista Internacional de Língua Portuguesa*

*Cristina Montalvão Sarmento**

Publicada desde o início da fundação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) em 1986, a *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (RILP) tem sido o veículo da expressão da comunidade que se expressa em português, impulsionada pelo movimento associativo universitário dos anos oitenta e noventa do século XX.

Dirigida, primeiro, por Maria Helena Mira Mateus, numa série inicial composta por dezassete números, e, depois, coordenada por José-Augusto França, numa segunda série com três exemplares, perfaz hoje vinte e um títulos, o último dos quais abre a terceira série em curso, de cariz institucional e temático. A sua pretensão de divulgação da língua portuguesa, a longevidade e a expressão intercontinental fazem desta revista um caso nacional único de internacionalização do centro linguístico original para o universo multilateral das culturas associadas, em torno do vector comum da língua, alheia às vicissitudes políticas que o tempo impôs e os poderes engendraram.

Implícita está a consciência do grau de reconhecimento e influência internacional que as políticas de língua promovem para determinadas línguas ou podem promover para a língua portuguesa. Esta questão traz ainda inerente a actual tese da crescente importância de uma língua como instrumento gerador de poderes, quer ao nível simbólico na construção das identidades, quer ao nível funcional no impacto económico das línguas.

Saber em que medida uma política de língua activa e consciente poderá alcançar esse nível de poderes, administrá-los e ampliá-los, terá sido o objectivo dos participantes na vida da revista. A análise do conteúdo favorece a compreensão e a configuração da evolução da rede desses poderes.

* Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

I Série – Pragmatismo e intenções iniciais

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa, AULP, reúne pela primeira vez em Lisboa em 1988 sob o tema “Os problemas da língua e o conhecimento das culturas”, história que a RILP regista, anunciando-se no primeiro número como o resultado natural e pragmático dos dois primeiros anos do esforço associativo da AULP em criar um instrumento de cooperação académica, publicando na RILP todas as comunicações entregues pelos participantes desse encontro.

Nascida no seio do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, na Cidade da Praia em Cabo Verde, a AULP tem no seu primeiro presidente, António Simões Lopes, à data presidente daquele Conselho e Reitor da Universidade Técnica de Lisboa¹, um convicto defensor da “generosidade do motivo que era, tão-só, o da cooperação e solidariedade, isto é, o da interacção e interajuda, extremamente interessadas em serem ‘desinteressadas’, total e completamente”, como afirma na abertura do I Encontro da AULP, texto que abre simultaneamente a RILP em Julho de 1989, criada no Conselho de Administração de Março de 1988, como instrumento pragmático de intercâmbio cultural, científico e de cooperação universitária.

Já no editorial do seu primeiro número, a directora, Helena Mira Mateus, afirmava: “A RILP surgiu como manifestação do desejo de interconhecimento e de intercâmbio de todos os que na América, na Europa e na África falam português no seu quotidiano e se preocupam com a sua utilização e o seu ensino. Surgiu ainda a revista como um modo de aproximar as culturas que na língua portuguesa encontram expressão, ou a moldam para se exprimirem. E, se este é o destino do Português, não é mais do que a continuação da sua própria história em que esse destino – como todos os destinos – já estava contido.”

É este percurso de internacionalização do português, em que a história da língua acompanha certos pontos de referência da história mundial que directamente se invocam, lembrando como a língua portuguesa foi estendida através da África a partir do século XV, aporta à América no limiar do século XVI, em finais desse século, e durante o século XVII, era utilizada como língua geral do litoral africano e como língua

¹ António Simões Lopes teve um papel determinante na emergência da AULP, assim como na sua manutenção. Assume a presidência entre 1986 e 1989, enquanto Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, e posteriormente, após uma presidência proposta mas não concretizada da Universidade Federal do Maranhão durante apenas três meses, reassumirá os destinos da AULP de novo em nome da Universidade Técnica de Lisboa, no seu segundo consulado, no mandato 1993-1996, o que conferirá a estabilidade inicial à AULP.

franca (indo-português e malaio-português) nos portos da Índia e do Sudoeste da Ásia. Como europeus e asiáticos comunicavam em português em extensas regiões da Índia, na ilha de Samatra e Java e na ilha de Timor. E ainda, como no Japão, na Tailândia e na China, serviu nas relações políticas, comerciais e religiosas.

Mas é sobretudo, e em particular, pela circunstância de o português ser a língua veicular e oficial de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde que a RILP se autojustifica. É por ser através da língua portuguesa que se veiculam conhecimentos, na escola e fora dela, no campo da ciência e da cultura, que a revista constitui um corpo de questões de complexa e delicada solução, numa rede de relações que o português estabelece com outras línguas, que será primeiramente o objecto do interesse de muitos dos que escrevem na RILP.

Uma terceira dimensão, a que a RILP atende, é o facto de as diferentes literaturas nacionais terem expressão escrita em língua portuguesa, com consequências maiores na deriva da própria língua, no seu enriquecimento e adequação a novas realidades. Como afirma a sua directora, “Esta é a única perspectiva que nos permite aproximar e diferenciar, em português, culturas não portuguesas, e através do português compreender a importância da especificidade dessas culturas. Neste magnífico movimento dialógico, a língua portuguesa diversifica-se e preserva-se, mantendo um destino plurímido que confirma a sua própria história”, diálogo fundacional da RILP.

Nestes termos emerge o espaço de troca cultural que toda a revista contém, unindo espíritos que comungam as mesmas inquietações. O primeiro número abordará, em três partes distintas, os problemas da língua e do seu ensino, os conhecimentos das culturas associadas à literatura e à sua dimensão histórico-antropológica; finalmente, assume-se como instrumento público das actividades da AULP.

Com um conselho editorial intercontinental, ainda que sem representante nomeado por Angola, tem representantes no Brasil (Rosa Virgínia Mattos Silva e Atibila T. de Castilho), em Cabo Verde (Alice Gomes Fernandes de Matos), na Guiné-Bissau (Jorge Ampa Cumerlerbo), em Moçambique (Perpétua Gonçalves), em São Tomé e Príncipe (João Hermínio da Silva Pontífice) e, finalmente, em Portugal (Manuel Ferreira e Maria de Lurdes Crispim). Com eles estão lançadas as bases de um fórum de discussão científica, apoiado numa complexa estrutura orgânica.

Percorrer a revista implica compreender como foi solidamente ancorada na dinâmica da sua directora, Maria Helena Mira Mateus, que preside aos destinos dos dezassete primeiros números, regulares e consecutivos entre 1989 e 1997, oito anos durante os quais não se abstém de, na sua maioria, escrever o editorial, justificando, antecipando

ou dando a conhecer ao leitor a ideia que presidiu ao número, as dificuldades que surgiram, a razão de ser ou, tão-só, os motivos das escolhas.

Estes editoriais não surgem, todavia, como um exclusivo seu e serão entregues aos diferentes organizadores que se sucedem, numa clara expressão de flexibilidade cooperativa, em que a manutenção de uma estrutura estável e a disposição de conteúdos lhe darão unidade de sentido e continuidade estrutural.

Numa primeira fase, que se poderia grosseiramente reconduzir aos primeiros quatro números, a RILP emerge como uma revista sobre a língua e a análise dos vários problemas conexos. Assente num *foco*, denominação dada ao tema principal, formação que se irá manter até 1997, contém acessoriamente uma zona de resenhas e de notícias, local em que é aberto espaço, por um lado, para a divulgação da bibliografia associada e, por outro lado, para dar a conhecer ou registar as iniciativas académicas relativas aos temas articulados com a actividade da AULP.

Assim se segue um segundo número, publicado em Dezembro de 1989, com editorial assinado por Maria de Lurdes Crispim², que salienta como a RILP deve ser “o espaço vocacionado de diálogo intercontinental de Língua Portuguesa, sobre a Língua Portuguesa e as culturas que nela se expressam”. O *foco* é dedicado à “Língua vista – Língua ouvida”, o mote da responsabilidade do conselho editorial português; tratam-se alguns aspectos da relação oral/escrito, dos problemas de ensino/aprendizagem de ambos os códigos e da riqueza do seu uso como meio de expressão estética e cultural. São sobretudo as dificuldades de alfabetização que portugueses e brasileiros expressam, neste foco de *ouvir e falar*. Mas os artigos de Melo e Castro, “O português, língua de experimentar poesia”, ou de Nuno Júdice, “Poesia e invenção linguística”, com que este segundo número da RILP abre, dão-lhe o carácter universal da “Alta Cultura” que a caracterizará. Ao assinalar, nas notícias, a realização do I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa realizado nos dias 1, 2 e 3 de Março desse ano em Lisboa e ao anunciar o IX Congresso da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina), a RILP prossegue na senda de se tornar o veículo informativo dos acontecimentos nacionais e internacionais relativos à língua portuguesa.

Aparentemente, o número três da RILP assume a polémica questão de abordar o “Português como língua estrangeira”. Como explica Fernando Cristóvão no seu texto de abertura de Julho de 1990, é necessário assumir que “a nossa língua tenha futuro”.

² Maria de Lurdes Crispim assumirá a subdirecção da revista a partir do número quinze. Uma figura nova de coordenação emerge a partir do número doze, e será da responsabilidade de Margarida Correia que vem substituir a redacção de Isabel Fraústo que se manteve desde o início até ao número onze.

Emergem as questões relacionadas com a criação de uma *política de língua* para a língua portuguesa. Timidamente ainda, assinala-se que, por “muitos descobrirem que não éramos só portadores de um património histórico e literário riquíssimo pouco comum em pequenos países, mas também porque a curva demográfica lusófona, francamente ascensional, nos vaticina um futuro promissor”, importa que a língua tenha porvir. Ainda que não directamente focada numa política de língua específica, a matéria do português como língua estrangeira será bem ancorada em dois artigos, do conselho editorial português, de Maria de Lurdes Crispim e Manuel Ferreira. Estes artigos que abrem a RILP legam-nos exemplos práticos múltiplos da experiência do ensino do português como língua estrangeira, seja em Lisboa, no Brasil ou na Galiza, em Estrasburgo ou na Hungria, em Salzburgo ou em Utreque, ou finalmente em Perugia. É na pluralidade dos casos práticos ilustrados que as experiências individuais revelam a dimensão da problemática. Finaliza este *foco* o relatório do “ensino do português no estrangeiro” realizado pelo grupo de trabalho da CRSE³.

No final, uma breve notícia refere-se ao II Encontro da AULP, que decorrerá em Abril de 1990, na Reitoria da Universidade de Évora, sob o tema “O papel da ciência e da tecnologia nos processos de desenvolvimento”, modesta referência a que não é certamente alheio o afastamento do tema relativamente à questão da própria língua, mas também o facto de se ter iniciado com este Encontro a publicação autónoma das Actas Científicas, ainda que, neste caso, em versão meramente policopiada.

Este II Encontro da AULP marca o início do esforço de permanência e continuidade estruturada dos temas que a Associação promoverá nos anos subsequentes, nos seus III, IV e V Encontros. Em 1992 (Estoril), a “Ciência e tecnologia no desenvolvimento: os recursos e as infra-estruturas”; dois anos depois, em 1994, também no Estoril, o mesmo tema abrigará “O turismo e o seu papel no desenvolvimento dos países”; para em 1995, em Recife, no Brasil, inflectir ligeiramente para “O sistema de ensino no processo de desenvolvimento”, temas publicados em colecção autónoma, onde muitos dos responsáveis dos países envolvidos expressam posições e intenções, o que permite acompanhar o esforço cooperativo da Associação.

³ Comissão da Reforma do Sistema Educativo. Em 1988, fora criado um grupo de trabalho constituído pelos Professores Aníbal Pinto de Castro, Fernando Alves Cristóvão, João Malaca Casteleiro, Jorge Morais Barbosa, Helena Mira Mateus, Maria Helena Valente Rosa, Mário Quintela Vilela, Vasco Graça Moura e Vítor Manuel de Aguiar e Silva (coordenador) que apresentou à Comissão de Reforma do Sistema Educativo um relatório de que são publicados extractos e que dará a dimensão concreta sobre política de língua que a revista, neste número três, já contém.

Doravante claramente autonomizada, a RILP manterá o *foco* em especial nos problemas técnicos da língua. O número quatro será dedicado à “Linguística e ensino das línguas”. Como o texto inicial de Helena Silva Duarte permite entrever, o que está em causa é a procura de novos modelos técnicos e científicos com o objectivo de levar os falantes da língua a dominarem os processos de leitura e escrita, pois “não há ciência nem teoria científica que, por si só, forneça pré-preparados os ingredientes para a sua elaboração”. Indício da dinâmica da revista é a criação, neste número, de uma nova secção – *Ideias*. Aqui se espelhará a criatividade múltipla de artigos sobre literatura lusófona.

Já a partir do seu único número duplo (cinco/seis) publicado em Dezembro de 1991, o âmbito emergirá alargado, como se a percepção do contacto cultural ganhasse existência. E concretiza um novo campo. O título do *foco* é sugestivo: “Viagens no português”. Ora são as influências árabes na língua portuguesa, e o japonês ou o chinês quando em contacto com o português; ora são considerações sociolinguísticas sobre o português falado em Moçambique, ou os vocábulos de origem africana no espaço da língua portuguesa, ou ainda os empréstimos lexicais do português no tsonga ou os quimbundismos no português literário. A ambiguidade do título leva Helena Mira Mateus a intervir no editorial, justificando-o. “O título do FOCO no presente número da RILP tem um duplo objectivo. Apresentar aspectos da influência do português noutras línguas com que esteve/está em contacto e apresentar aspectos da influência dessas línguas sobre o português.” É a dimensão da interculturalidade que se manifesta. É possível detectar no português europeu restos da presença árabe, como se encontram no português falado em África os íntimos contactos com as línguas africanas ou como se desvendam no português do Brasil os apertados laços com as línguas ameríndias. As línguas, como os seres humanos, não crescem em isolamento.

Este número fecha com uma homenagem póstuma ao Professor Luís Filipe Lindley Cintra, cujo percurso académico partiu da literatura, numa altura em que, em Portugal, dele não se tinha autonomizado ainda o estudo da língua. Quando começou a ensinar na Faculdade de Letras de Lisboa, não se falava de linguística mas sim de filologia; o estudo da língua portuguesa e a sua aplicação literária eram tão íntimos e inseparáveis que havia só um curso, onde moravam as outras línguas parentes: o curso de Românicas. Como aí afirma Helena Mira Mateus, não se tratou apenas de uma homenagem a quem a linguística tanto deve, mas ao seu conceito de universidade, que “não se compadecia com a existência de uma escola monolítica, orquestral, uniformizada. A escola que nos ensinou a viver, em respeito pela liberdade individual, é

criadora e tem múltiplos caminhos, vivas discussões, encontros e desencontros, e um querer de comum consciência. A progressiva apropriação científica do nosso falar, da língua que usamos como uma construção do nosso ser-com-os-outros, de nosso ser em liberdade". Daí que talvez Lindley Cintra falasse de uma "língua românica da terceira geração", quando na sua síntese da História da Língua Portuguesa este filólogo assim classificou o crioulo de Cabo Verde.

Antecipava-se aqui uma concretização de conteúdo que se manterá nos três números seguintes (sete-oito-nove), em que a intervenção do Brasil também é mais manifesta. Agora o *foco* incidirá, claramente, nas políticas de língua. Rosa Virgínia Mattos e Silva, de S. Salvador da Bahia, do Brasil, assina o editorial do número sete, quando corria já o ano de 1992, e afirma: "Entra no seu quarto ano de vida a RILP, e este aniversário coincide com o ano em que se comemora ou contesta a descoberta ou invasão da América pela Europa. Entre essas formas antagónicas que retratam formas opostas de avaliar o evento histórico, nenhum melhor foco do que o escolhido para o n.º 7: Política da língua e políticas culturais. Não é afinal esse o foco intrínseco, subjacente ao nascimento e à vida da RILP?"

Aí não se abstêm de se pronunciar aqueles que, desde o início, o tinham compreendido. Artigos individuais, mas de representação institucional, sucedem-se: José Augusto Seabra, embaixador de Portugal na UNESCO; Eduardo Prado Coelho, à data conselheiro cultural junto da Embaixada de Portugal em França; António Simões Lopes. Este último, enquanto primeiro Presidente da AULP, assina o artigo com o título inequívoco: "Em Defesa de uma Política de Língua". Pede-se ainda a palavra às instituições: a Associação Portuguesa de Linguística e o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa pronunciam-se. Entidades tão distintas quanto a Biblioteca Nacional, pela escrita da sua directora, Maria Leonor Machado de Sousa, ou a Lusa expressam-se e traduzem posições oficiais. Será José Augusto Seabra que melhor sintetiza: "a consciência crescente, mesmo se ainda difusa e propícia a alguma retórica fácil, de que uma política internacional de língua portuguesa deve ser hoje a prioridade das prioridades da nossa política cultural externa, começa enfim a dar frutos."

Em Março de 1993, o número oito era dado a público com o *foco* dirigido à "Língua, Línguas. Como falam os escritores". Maria Lúcia Lepecki, que substituíra Manuel Ferreira no conselho editorial português desde o número anterior, vem alertar no texto de abertura para o que já se manifestara. Sem perder de vista os problemas da língua portuguesa, das questões da linguística, da didáctica ou da sua pedagogia, tratava-se agora de o fazer de forma interdisciplinar. No caso, "entre linguística e literatura. Como

falam os escritores, eis a questão”. É a abordagem às utilizações estéticas, ideológicas e de narrativa que a língua regista.

Uma nota informativa no final deste oitavo número lamenta o falecimento do colaborador da Guiné-Bissau, Jorge Ampa, professor de português e responsável por muitas actividades de animação cultural, elemento essencial para a divulgação da língua portuguesa num país em que, sendo embora língua oficial, o seu ensino enfrenta dificuldades específicas devido ao crioulo e às várias línguas étnicas. Será João António de Sá que assegurará a continuidade do conselho editorial na Guiné-Bissau, numa altura em que a situação de guerra ainda não tinha permitido conquistar um membro angolano para o conselho editorial.

Um último número desta segunda fase, o número nove, será dedicado à “Literatura oral e popular” e encerra o ciclo dedicado mais directamente à Literatura. Maria del Rosário Albán, em Julho de 1993, no editorial, lembra que, quando se fala de literatura, a oralidade não pode ser esquecida. Será inevitável a referência à acção do Professor Dr. Manuel Viegas Guerreiro que, à frente da linha de acção número quatro do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, conseguiu fazer reconhecer os méritos da produção anónima e colectiva expressa pela voz popular, e cujos estudos encontraram ressonância no Brasil. Quando o Professor Viegas Guerreiro fez a sua primeira viagem à Universidade Federal da Bahia, em 1984, deixou aí alimento para um profícuo desenvolvimento do reconhecimento das tradições populares, portuguesas e brasileiras, expressas nos registos de aproximação luso-brasileira no âmbito da literatura oral e popular que nesta RILP transparecem e ficam apresentados.

Pela sua especificidade, dois números consecutivos inovam a rota da RILP, num justificado tema da responsabilidade de Isabel Hub Faria, “A criança e a linguagem”, respectivamente em Dezembro de 1993 e em Julho de 1994. Diríamos que estes números, dez e onze, são a expressão da profundidade a que se chegara. Não bastava mais falar sobre o português, mas o seu ensino implicava reconhecer e dar o valor real a cada contexto e situação em que se adquire, aprende, amadurece ou rotiniza o conhecimento de uma língua materna. Afirma-se: “Parece imprescindível saber distinguir, neste final de século e de milénio, o que é necessariamente comum e o que é obrigatoriamente específico em cada sujeito tornado falante do português, monolíngue, bilingue, multilingue, criado em família, em grupo, na rua, na escola, no interior ou na fronteira, a norte ou a sul do Equador.”

E é a par desta consciência que o *foco* do número doze, em Dezembro de 1994, não surpreende. “Norma e variação da língua portuguesa” é agora a percepção do diversifi-

cado complexo cultural que o mundo da lusofonia representa. “São muitas raízes que se encontram e entrecruzam e onde a língua portuguesa se espalha como um denominador comum não uniforme, nem monocórdico, mas reflectindo a pluralidade e a multifacetação”, palavras de Suzana Alice Marcelino Cardoso no editorial que abre a revista.

A *Política da Língua* será doravante mais abertamente assumida. Embora já abordada no número sete, é o número treze que lhe consagra o *foco*. Segundo Maria Helena Mira Mateus, “numa época em que alguns sectores da ‘intelligentsia’ mundial deixaram de olhar as relações económicas como o único, ou pelo menos o mais importante, motor da história, numa época em que o estudo das mentalidades voltou a constituir uma forma preferencial de iluminar o percurso do homem, a intervenção explícita no conhecimento e difusão de uma língua tornou-se indubitavelmente uma obrigação política pela qual, no futuro, todos seremos responsáveis.” São em particular as colaborações de Moçambique, pelo contexto de utilização do português em contacto com as línguas nacionais, e as experiências relatadas pela colaboração brasileira neste número e que se referem às línguas indígenas do Brasil que mostram a dimensão universal dos problemas respeitantes a este domínio. E que dizer do artigo, fruto da colaboração alemã, que permite compreender como condições políticas determinadas, alemãs e africanas, estiveram na base do desenvolvimento de uma área científica particular, a Afrolusitanística, num país não-lusófono e não-africano.

Atravessávamos ainda o ano de 1995 e já um número especial vinha a caminho, o número catorze, dado a público em Dezembro. O *foco* é “O português no mundo”, mas já não são mais as viagens do português pelo mundo, antes o registo concreto do seu ensino: a aventura crioula, os crioulos do Oriente, Macau no período de transição, Timor, o português que se aprende na Tailândia, no Senegal, na Rússia, na Argentina ou no Reino Unido, entre outros.

A particularidade deste número radica no facto de se inserir nas comemorações dos dez anos da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (1986-1996). António Simões Lopes, na sua qualidade de Presidente da AULP, vem referir que a RILP colhe “contributos de praticamente todos os espaços geográficos da lusofonia, contributos que, deliberadamente ou não, permitem um balanço do desenvolvimento da língua portuguesa”.

É certo que o tema se justificava no ano em que se constituía a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na mesma data em que os acordos do Mercosul eram assinados. No entanto, mais dez anos serão ainda precisos para que a AULP se venha a constituir como Observador Consultivo privilegiado da CPLP.

Finalmente, uma fase final, como que de relacionamento externo que anuncia o futuro, marca o ano de 1996, com os números quinze (Julho) e dezasseis (Dezembro). O primeiro traz a marca da pretensão de expansão maior, quando a representante da União Latina em Portugal, Renée Gomes, assina o editorial, numa revista cujo *foco* serão “As linguagens científicas e técnicas”. Procura-se realçar o papel que desempenham as linguagens de especialidade, e em particular as terminologias, na fixação da língua e na sua adequação à modernidade, entendendo a língua como factor predominante de manutenção e transmissão da cultura. O segundo será dedicado ao “Português nos meios de comunicação”, expressão já dessa abertura ao exterior, reconhecendo-se as inúmeras questões que se põem ao uso da língua na rádio, na televisão e na imprensa.

Um último número, dezassete, já em Julho de 1997, será especialmente dedicado à literatura infanto-juvenil. No editorial, Maria Augusta Seabra Diniz lembra que a educação das crianças é um dos elementos fundamentais de qualquer processo cultural, e a dedicação de um número da RILP a este *foco* significa, antes de mais, o reconhecimento da existência de uma literatura de qualidade lusófona especificamente destinada a crianças e jovens. Está em causa o encontro da fantasia do adulto com as experiências e fantasias da criança, dinamizando o encontro do ser humano imaturo com a experiência vivida pelos mais velhos e com a estrutura cultural que organizaram para dar expressão comunicável e partilhável a essa experiência.

Será também este número que marca a saída da última RILP, pela mão de Helena Mira Mateus, que, iniciadora do projecto, o vai adoptando, filiando e finalmente visando a sua autonomia, prosseguindo na senda de a registar formalmente em seu nome e das suas colaboradoras, numa fase em que as exigências sobre a edição já se faziam sentir e impunham novas obrigações.

Adversidades marcam a saída de Helena Mateus. Em desacordo com a manutenção da revista como propriedade da AULP, esta reage e em acção judicial⁴ contesta o registo nominativo de Helena Mira Mateus, ganhando o reconhecimento da propriedade formal sobre a RILP.

⁴ Em acta do Conselho de Administração de 15 de Julho de 1999, dá-se conta desta ocorrência. Uma acção judicial proposta pela AULP, intentada pelo gabinete jurídico de Pena, Machete & Associados, recuperará a propriedade formal da RILP. Na pendência da decisão judicial, decide o Conselho de Administração, na mesma reunião, que o próximo número da RILP deveria ser publicado no Brasil e o director da revista deveria ser, por inerência, o presidente da AULP.

Anos idos, desgostos passados, aqui fica o reconhecimento. Sem o trabalho, a sabedoria e o empenho de Maria Helena Mira Mateus, muito não se teria feito pela língua portuguesa, da qual fica o registo em dezassete números exemplarmente consecutivos, numa gestão cooperativa, cuja forma e conteúdo falam por si, malgrado as dissidências na despedida.

II Série – A maturidade cultural e os incidentes de percurso

A intenção institucional de manter a RILP levou a AULP a solicitar ao embaixador José Augusto Seabra, à data representando Portugal na Roménia, que dela se ocupasse. Este, ao aceitar o encargo, fá-lo na qualidade de coordenador, trazendo a público um primeiro número, em Dezembro de 2000, impresso no Brasil.

Assumindo que de uma segunda série se tratava (vol.1, n.º 1), numa altura em que a Presidência da AULP era moçambicana, a Universidade Eduardo Mondlane, na sequência do primeiro mandato brasileiro efectivo, pela mão do Reitor Ruy Pauletti da Universidade de Caxias do Sul (1996-1999), será adoptada uma clara posição institucional para a RILP, e o editorial de Ingelore Scheunemann de Souza, Reitora da Universidade Federal de Pelotas, Vice-Presidente brasileira, igualmente o esclarece.

Este número será publicado no Brasil e realizado na gráfica da Universidade Federal de Pelotas, marcando assim um esforço de internacionalização do próprio local de edição, consequência de novos tempos associativos e das dificuldades jurídico-legais do momento. Certamente em resultado dos embaraços de transporte transatlântico, a sua distribuição em Portugal foi restrita e existem apenas alguns exemplares na sede da AULP. As mudanças gráficas realizadas actualizaram-na, e à nova figuração e imagem corresponde um conteúdo mais livre e culturalmente amadurecido.

A dignidade do número um desta nova série espraia-se no seu objectivo. Porque em 2000 o Brasil festejava quinhentos anos, Ingelore de Souza vem, no editorial, afirmar que o Brasil, “com 165 milhões de habitantes, sabe de suas altas responsabilidade na preservação da língua comum, pois esta pertence a todos os usuários”. Pois será “Em nome de uma identidade comum e por ocasião do relançamento da RILP, editada pela AULP, que as Universidades do Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Macau reforçam o génio mais íntimo de cada povo, sua alma profunda, está presente, sobretudo, em sua língua”.

O texto de José Augusto Seabra, na qualidade de coordenador, vem reforçar a afirmação:

A *Revista Internacional de Língua Portuguesa* dedica este seu número especial, sob o signo do Quinto Centenário da Descoberta do Brasil, à evocação de domínios e momentos relevantes da vida de um povo que é hoje uma das nações mais importantes da América Latina e do mundo inteiro. No quadro das comemorações oficiais e institucionais dessa efeméride de alcance histórico e civilizacional, não apenas para os dois países irmãos e os da Comunidade linguística a que pertencem, mas para toda a humanidade, pelo seu significado universalista, as Universidades assinalando o acontecimento e mostrando a necessidade de um estudo rigoroso das grandes questões que interessam à prospecção do passado, do presente e do futuro do povo brasileiro, nas suas relações com os outros povos e antes demais com aqueles com quem partilha o idioma comum.

Para o efeito, foram convidados muitos autores. Maria Helena da Rocha Pereira, Antonio Paim ou António Braz Teixeira, Miguel Real, Maria Beatriz Nizza da Silva ou o próprio José Augusto Seabra constituem um elenco admirável na expressão escrita que concedem ao diálogo luso-brasileiro.

Simultaneamente, a AULP já tinha festejado dez anos de existência; se o VI Encontro (1996) em Lisboa terá ficado marcado pela comemoração e pelo alento da constituição da estrutura política federativa que a CPLP, dez anos depois de ser criada, representava, também a realização do segundo encontro realizado no Brasil, no Rio de Janeiro⁵ (o VII), e o primeiro encontro realizado em Macau, o VIII em 1998, marcava o período de efectiva internacionalização da associação, potenciada pela plena participação da franja asiática. Esta última integração fora significativamente apoiada pelo Governador da Região Administrativa de Macau, General Vasco Rocha Vieira, e pelo seu Secretário adjunto para a Administração, Educação e Juventude, Jorge Rangel, apoio com expressão financeira que possibilitou a reforma física e a efectiva instalação e equipamento da sede própria da AULP em 1999, em edifício arrendado por valor simbólico pela Câmara Municipal de Lisboa.

No entanto, na AULP vinha-se então sentindo a necessidade de maior vigor de actuação, para além do convívio interuniversitário que os encontros proporcionavam, de direcção de objectivos e de recuperação da participação de associados, ausentes na sequência de um longo debate interno, iniciado em 1999, com a chamada do Ensino Superior Politécnico à participação associativa, pela mão do secretário-geral, Dr. Manuel Coelho da Silva. Este tema viria trazer alguma intranquilidade à vida associa-

⁵ O VII Encontro, realizado no Rio de Janeiro em 1997, é o único não documentado em Actas, pois a recolha, a cargo do arquitecto Gazanau, não terá sido entregue ao Secretariado da AULP.

tiva, particularmente sentida no XI Encontro em Viseu, então atenuada pela intervenção e acção do Presidente da AULP, Brazão Mazula (1999-2002).

As perturbações sentidas germinaram a convicção da necessidade de mudanças funcionais e, nessa sequência, foram aprovadas, em 2001, alterações significativas aos Estatutos, à luz dos quais foi eleita, em 2002, uma nova direcção, presidida pelo Reitor da Universidade Agostinho Neto de Angola, João Sebastião Teta (2002-2005).

Do ponto de vista institucional, desde 2001 que a AULP sofria as mutações que levariam à recomposição do seu Secretariado, uma vez que o Dr. Manuel Joaquim Coelho da Silva, que ocupara funções entre 1986 e 2002, durante dezasseis anos consecutivos, num sistema de eleição pessoal, saía, após a alteração estatutária que democratizava a eleição do Secretariado, abandonando funções em desacordo de orientação com sucessivas presidências. Sem prejuízo da sua intensa e longa dedicação, a que a AULP deve vida, a sua saída acarretará consequências que transformarão decisivamente o funcionamento da Associação.

Nesta fase deliberativa da AULP, a RILP manteve a tónica cultural. Aberta que fora uma segunda série da revista, um segundo número (Vol.1, n.º 2) sairá em Abril de 2002. Justificada será a sua dedicação à África Lusófona. Tal como o número anterior fora consagrado à evocação dos cinco séculos de irradiação histórica do idioma comum no vasto território geocultural do Brasil, caberá agora a África a atenção de um número especial, que se autolegitima também na sequência da realização do XII Encontro da AULP, nesse ano de 2002, em Luanda.

Será das línguas, mas também de poesia, romance e escrita africanos que esta RILP se ocupará. Uma breve antologia dos poetas africanos de língua portuguesa e o encerramento do número com uma tradução de Manuel Viegas Guerreiro do *Conto maconde de tema universal* compõem este número, tornando-o um dos mais atraentes da colecção.

Simultaneamente, tomará o lugar de secretário-geral Alarcão Troni (2002-2005), que acompanhará a Presidência angolana, mas a sua disponibilidade será interrompida no final desse mandato, pela nomeação subsequente para Presidente do INATEL – hoje Fundação INATEL, prestadora de serviços sociais nas áreas do turismo social e sénior, do termalismo social, da organização dos tempos livres, da cultura e do desporto populares, com profundas preocupações de humanismo e de qualidade, herdeira histórica da antiga Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) fundada em 1935.

Os encontros da AULP emergiam então à luz dos seus associados como fóruns e arenas de discussão em que a centralidade do tema lançado em 2002, no X Encontro

em Ponta Delgada, “O ensino superior na sociedade do século XXI”, continha a promessa e acalentava a possibilidade de instituir um espaço lusófono do Ensino Superior. Aliás, esta temática fora já anunciada em Maputo, quando o primeiro encontro realizado do lado do Índico, em 1999, o IX, se desenvolvera em torno do sugestivo tema “A Universidade em mudança”. Tal ocorrera durante a presidência da AULP pela Universidade Eduardo Mondlane, cujo Reitor, Brazão Mazula, foi um impulsionador activo da presença de Moçambique na Associação das Universidades de Língua Portuguesa e cujo consulado foi marcado pela presença conciliatória e serena de intelectual consagrado às matérias pedagógicas e ao ensino universitário.

De facto, desde 2000 que as reuniões dos dirigentes das Universidades participantes se concentraram na constituição de instrumentos capazes de criar estruturas visando a uniformidade das Instituições de Ensino Superior e Investigação Científica do espaço lusófono com vista à mobilidade crescente de natureza intercontinental.

Os temas dos encontros reflectem-no e concretizam-se. O XIII, realizado em Macau, em 2003, será dedicado ao “Espaço lusófono de investigação do ensino superior e investigação”; no ano seguinte em São Paulo, em 2004, a temática do XIV Encontro será “Em busca de uma cooperação académica efectiva entre os países da CPLP”, para em 2005, no XV Encontro em Lisboa, se concretizar nos “Novos desafios no espaço do ensino e da investigação dos países de língua portuguesa”. Estas reuniões são sede de importantes reflexões sobre os caminhos a percorrer para instituir um espaço académico lusófono e são acompanhadas da questão transversal da Universidade Virtual de Língua Portuguesa.

Mas são, sobretudo, o eco e o reflexo da atenção que as autoridades políticas dão a estas propostas, em particular a recepção dos ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que nas suas reuniões assinam a decisão de criar o Espaço Lusófono do Ensino Superior (em Fortaleza, em 2004), constituindo um grupo de trabalho no qual foi incluído um representante da AULP, destinado a preparar a respectiva implementação.

As dificuldades de concretização dos objectivos da vida associativa da AULP eram patentes na constituição deste espaço de Ensino Superior, quanto à investigação. Como afirma José Lopes da Silva, “Embora tenha sido avançada em reunião de Ministros da Ciência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a ideia de criação do espaço de investigação, a sua concretização vai requerer algum tempo. Convém notar que, neste ponto, também não foram plenamente dados, no seio da AULP, todos os passos necessários para uma intervenção efectiva da Associação”.

O funcionamento corrente era também dificultado pela sucessão de dois mandatos exercidos a partir de presidências longínquas da sede internacional, sediada estatutariamente em Portugal. Todavia, devido ao falecimento súbito de José Augusto Seabra, esta série da revista será prematuramente interrompida.

O terceiro e último número (Vol. 1, n.º 3) estava pronto e viria a público *in memoriam* do seu coordenador em Setembro de 2004. Será a José Lopes da Silva, Reitor da Universidade Técnica e Vice-Presidente português da AULP (2002-2005), que caberá, na sua nota de abertura, ligar de novo de forma intrínseca AULP e RILP.

Este número é o corolário lógico dos dois primeiros. Na sua aparente anarquia cultural, a ordem é fornecida pelo intuito de representação equilibrada e pelo valor equitativo dados aos diferentes universos culturais em presença. Cabia agora ao Oriente, a Macau, onde se realizara em 2003, o XIII Encontro, esse espaço onde, conforme as palavras de José Augusto Seabra, “essa diáspora linguística asiática foi, desde as descobertas até hoje, um elemento precioso de diálogo entre as civilizações orientais e ocidentais, que através de vicissitudes históricas abria caminho à mundialização em curso”.

São poemas orientais, sequências goesas, é o Japão íntimo de Armindo Martins Janeiro, ou as variações sobre uma ideia de Oriente, escritos de autores onde a paixão pelo Oriente se impõe e onde não faltam textos sobre as famosas “Afinidades com o Oriente” pensadas por Agostinho da Silva.

Do empenho e da coordenação de José Augusto Seabra fica-nos um legado marcante, transmutado em três volumes da RILP: um dedicado ao Brasil, outro a África e este último ao Oriente.

Desde então órfã de coordenação e atenção, a RILP ficará abandonada à sorte institucional e à inexistência de coordenação na sede ou de conselhos editoriais repartidos pelos vários continentes, onde países e culturas diferentes concorrem pela expressão em português. Apenas três números (2000, 2002, 2004) em oito anos autenticam o esforço realizado pela manutenção da RILP, mas também a quebra da estrutura antes consolidada.

As vicissitudes da RILP, ao longo da segunda série, são certamente intrínsecas, mas são também reflexo de um período de forte debate interno na AULP, de rearranjo de forças e energias, num mundo em mutação que também na AULP se reflectiu e a vida associativa espelhou.

No final do mandato da Universidade Agostinho Neto, de Angola, em 2005, a presidência da AULP será entregue a Portugal, à Universidade do Algarve (2005-2008),

que pela mão do seu Reitor, Adriano Pimpão, se irá ocupar da crise institucional que então assolava o ambiente universitário português, em que Universidades e Institutos Superiores Politécnicos se desencontravam na procura do respectivo lugar no seio do mundo académico português. Esta controvérsia reproduzia-se no seio da AULP, e os outros sistemas de Ensino Superior demonstravam estranheza.

A esta escolha da Presidência por Portugal não será alheio o facto de a Universidade do Algarve ser a única instituição nacional onde convivem aqueles dois tipos de ensino superior, certamente não sem dificuldades, mas com que os seus responsáveis estão familiarizados e são contrafeitos a bem gerir.

Assim, em Janeiro de 2006, para Portugal, a questão prioritária da AULP será a recomposição do Conselho de Administração, o que será levado a bom porto pelas conversações do seu Presidente, Adriano Pimpão, com o Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses, Luciano de Almeida, hábeis negociadores que permitiram alcançar a estabilidade, não sem sequelas no âmbito associativo, que muitos associados, nomeadamente do Brasil, não tinham sustentado.

Todavia, a característica de a Presidência ser de foro institucional não permitiu maiores desenvolvimentos até Março de 2006, data de substituição electiva dos responsáveis da Universidade do Algarve. Controvertida era a questão do lugar de secretário-geral, que continuava por preencher, suscitando-se dúvidas sobre a necessidade de profissionalização ou não do cargo, tendo o Conselho de Administração decidido que o funcionamento corrente seria assumido pela equipa de colaboradores composta por Gabriel Feio, Analídia Perdigão e Rogério Rei, com a promessa, registada em acta de Janeiro de 2006, de que se tentaria estabelecer contactos com vista ao preenchimento do lugar dentro dos condicionalismos financeiros da Associação.

Em Junho de 2006, realizava-se em Macau o XVI Encontro da AULP, o último dedicado à “Organização do espaço de ensino superior e investigação dos países de língua portuguesa”, que demarca quase uma década de esforço cooperativo particularmente dirigido, mas também de arrastamento de uma questão, que ganhava intenção política formal cada vez mais significativa; no entanto, adquiria também distância real da prática efectiva, face à pressão sobre o sistema de ensino superior e de investigação portuguesa provocada pela profunda reforma europeia que, entretanto, condicionava a dinâmica e a autonomia institucionais.

Às alterações no espaço nacional português correspondem também dinâmicas internacionais, de integração regional, de crescimento individual ou regressão dos outros espaços de língua portuguesa.

Se em 2006 nascia a primeira Universidade Pública em Cabo Verde, já em 2008 era suspensa a única participada em 50% pelo Governo da Guiné-Bissau. Se em São Tomé e Príncipe a abertura ao crescimento cooperativo se mantém necessária ao pequeno espaço equatorial, em Timor a cooperação acentua-se sob forma bilateral, a única sustentável face às dificuldades do longínquo novo Estado falante de língua portuguesa. A par, registam-se fortes impulsos governamentais sobre o ensino superior em Angola, cujo impacte certamente se fará sentir nas próximas décadas e que ainda não pode ser mensurado, ao ser descentralizado o ensino superior de Luanda para regiões académico-administrativas com vista à expansão nacional do ensino superior público, que concorre com o manifesto incremento das instituições privadas recém-criadas. Se em Moçambique o crescimento do Ensino Superior Público e Privado aparentemente se alheia, por vezes, da unidade linguística, já no Brasil a Presidência Lula veio incentivar fortes dinâmicas autónomas no ensino superior e na investigação, em particular com acentuada motivação na direcção sul-sul e incentivando a participação em organizações sul-americanas.

Neste quadro diferenciado e dinâmico que se estabelece e vai emergindo, a AULP prossegue a sua actuação. A segunda metade do ano de 2006 foi o ano da estabilização do Secretariado⁶, por proposta da recém-reassumida Presidência da Universidade do Algarve, pelo Reitor João Guerreiro, e aprovada na Assembleia-Geral de Macau. Em 2007 a AULP acorrerá a Cabo Verde, onde realiza o seu XVII Encontro, para acolher no seu seio a recém-criada Universidade Estatal, sob os auspícios da “Universidade em Rede”, única formulação que parece corresponder aos novos tempos e define também uma instituição criada a partir de uma rede polimórfica anterior de Institutos de Ensino Superior acolhidos sob uma mesma autoridade académica.

Assumida a necessidade científica de ser a Universidade anfitriã a propor o tema sob o qual se reúnem as Universidades e Instituições de Ensino Superior e Investigação Científica de Língua Portuguesa, será à luz deste princípio de democraticidade que, doravante, pugnará a actuação da AULP.

A interrupção da publicação das actas dos Encontros Científicos da AULP em 2004 concentrará, na fase inicial, os esforços do Secretariado em disponibilizar os materiais de que entretanto dispunha ou recolhia: XIV Encontro em São Paulo, Brasil (2004); XV

⁶ A opção será a de nomeação de uma académica sem exclusividade de funções. Será contratado um jovem cabo-verdiano, Suzano Costa, que entrará aquando da saída por reforma de Ana Lúcia Perdigão e da indisponibilidade entretanto manifestada por Gabriel Feio, que exercia as funções de secretário-geral interino desde a saída de Alarcão Troni.

Encontro em Lisboa, Portugal (2005); XVI Encontro em Macau, China (2006); e, já sob o título de *Universidade em Rede*, XVII Encontro da Cidade da Praia em Cabo Verde, todos vindos a público entre Novembro de 2007 e Fevereiro de 2008, num esforço de recuperação que estabilizou estas edições e garantiu o acesso da comunidade aos debates neles realizados.

Estreia-se ainda o interesse em disponibilizar edições úteis e capazes de homenagear as Universidades anfitriãs dos Encontros Científicos da AULP, os que nelas se dedicam à investigação, ou se lhes devotaram ou nelas se investiram de corpo e alma de investigadores e humanistas. Assim em Cabo Verde, com a reedição de *Santiago, a Ilha e os Homens*, de Ilídio do Amaral; assim em Brasília, com a colaboração com a Universidade Católica Portuguesa que permitiu levar ao XVIII Encontro, em 2008, Ano Vieirino, novas fixações de textos, belamente ilustrados, de três *Sermões* do Padre António Vieira, embaixador das relações luso-brasileiras; assim em Angola, no ano de 2009, no XIX Encontro em Luanda, em que foi possível renovar o acesso ao público académico às obras de José Redinha (*Etnias e Culturas de Angola*) e de José Grandvaux Barbosa (*Carta Fitogeográfica de Angola*), ambas as obras desaparecidas, com reedições agora realizadas pela AULP, fruto do empenho conjunto de várias instituições académicas e científicas.

Entre 2006 e 2008, com a actualização do logótipo, marca da Associação onde se registam os vinte anos agora decorridos, com a actualização de recursos pelo reinvestimento na página electrónica da AULP, para que a Universidade de Macau concorresse, e conseguidas a estabilidade financeira e a dignificação externa do edifício da sede, estavam criadas as condições de continuidade saudável da vida institucional da AULP.

A partir da reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Bissau em Julho de 2006, a AULP adquire formalmente o Estatuto de Observador Consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conquistando o direito de assistir às reuniões de carácter técnico que se afigurem de interesse para os objectivos que a AULP prossegue; no entanto, neste contexto, funções formalizadas cruzam-se e desencontram-se com as burocracias institucionais.

Em 2008, a necessidade de adiar de Maio para Setembro a realização do XVIII Encontro em Brasília, consequência de dificuldades internas vividas pela Universidade anfitriã e da participação efectiva de várias instituições, embaraçou a operacionalidade dos meios do Secretariado, porquanto obrigou à duplicação de meios postos à disposição da organização do Encontro que se viria a realizar sob o lema proposto de

“Ciência, tecnologia e desenvolvimento”, conforme as Actas publicadas em Fevereiro de 2009 documentam.

Nesse período foram reabertas as relações exteriores da AULP, nomeadamente com a União Latina e com a AUF (Associação das Universidades Francesas), e acentuou-se o esforço para reconstituir um Conselho Editorial que permitisse dar continuidade à RILP, mas contactos infrutíferos em Cabo Verde, Angola ou Moçambique não o permitiram. A intenção é clara, os meios são restritos e a actividade publicista da Associação é intensa. No entanto, em 2008, a *Revista Internacional de Língua Portuguesa* foi dada à estampa.

III Série – Um veículo para a ciência e o esforço pela continuidade

Podemos afirmar que, fruto desta viragem e organização, foi pela consciência colectiva que envolveu os órgãos da Administração e do Secretariado e pela iniciativa do seu Presidente que a RILP renasceu.

Assim, em Maio de 2008, o Presidente da AULP à data, João Guerreiro, Reitor da Universidade do Algarve, anuncia, nas palavras de abertura: “A *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, órgão da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, inicia com este número a sua III Série. Esta nova série representa uma alteração no rumo editorial da revista. O carácter genérico das séries anteriores é abandonado em benefício da procura de temas que suscitem o interesse da comunidade universitária da CPLP e para os quais se detectam fortes expectativas de criação de redes de investigação ou de pós-graduação, ou do lançamento de programas de mobilidade que abranjam membros da nossa comunidade.”

Não se tratará mais de uma revista sobre a língua portuguesa mas em língua portuguesa, em que os diferentes estágios da ciência e os desenvolvimentos científicos dos países das comunidades que por ela e através dela comunicam possam interagir em vários domínios científicos.

A primeira escolha temática recai sobre as ciências agrárias e será resultado do empenho e da competência de um grupo de trabalho liderado por Fernando de Oliveira Baptista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, em colaboração com Izabel Cristina Takitane, da Universidade Estadual Paulista, do Campus de Botucatu, Brasil, surgindo a público com o título *Agricultura e Desenvolvimento Rural*.

Aí se afirma: “O interesse deste número temático, dedicado às ciências agrárias e aos espaços rurais nos países da CPLP, reside no facto de se poder antever, através da refle-

xão que os diversos autores fazem sobre essas mesmas realidades, qual o 'estado da arte' das preocupações académicas e das pesquisas científicas com incidência naqueles domínios científicos."

Este primeiro número da terceira série retomará a numeração inicial, pelo que se apresentará sob o número vinte e um, esforço de diferenciação na continuidade, rendendo-se dessa forma homenagem à longevidade de mais de vinte anos da RILP.

Nas palavras de abertura, prospecta-se ainda o futuro: "As colaborações solicitadas terão sempre a preocupação de oferecer um leque tão alargado quanto possível das inquietações que, em cada momento, permitem reflectir as problemáticas dos países da CPLP, garantindo que cada número temático possa cumprir o seu papel de catalisador no processo de elaboração científica que decorre da inconformidade universitária."

Focada a atenção na agricultura, será tratada a problemática do desenvolvimento rural nos períodos colonial e pós-independência em Angola e Moçambique e os modelos de desenvolvimento aplicados; mas são também tratadas as especificidades de Cabo Verde, as questões relativas ao agronegócio e à produção do biodiesel ou os aspectos relativos à sanidade animal no Brasil; aborda-se ainda a procura dos novos caminhos portugueses para o desenvolvimento rural que conciliem as unidades do espaço agroflorestal, com uma gestão multifuncional e adequado quadro institucional, bem como a experiência de rearticulação do ensino superior das Ciências Agrárias em Timor-leste. "É uma diversidade que, cremos, pode permitir enriquecer o diálogo e o debate na academia entre os países de língua portuguesa", como refere a nota introdutória dos seus editores.

Tempos diferentes impuseram novos rigores. A RILP é agora preparada editorialmente no Secretariado para registo e referenciada no catálogo internacional LATINDEX, sistema internacional de informação internacional de revistas científicas, cujas exigências impuseram a sua anualidade, um conselho de acompanhamento científico e um processo de revisão de conteúdos que a transformou numa adequada revista científica tendente à circulação internacional.

Reassumida a importância deste veículo de transmissão e criação de cultura científica em português, assim se perspectivará no Conselho de Administração de Janeiro de 2009, por proposta do agora vice-presidente português da AULP, João Guerreiro, Reitor da Universidade do Algarve, repto aceite pela recém-eleita Presidência brasileira, da Universidade Federal de Minas Gerais (2009-2011), com a Reitoria a cargo de Ronaldo Tadêu Pena e ainda a colaboração aceite pela Universidade Agostinho

Neto, de Angola. Mais um número da RILP se anuncia a partir de uma estrutura com responsabilidade tripartida. A proposta inicial de a consagrar aos *Recursos Hídricos Costeiros. Necessidades de Cooperação Científica, Educação e Perspectivas Futuras*, com vários tópicos, evoluiu para a centralidade do tema *Água*, cuja formulação final virá a resultar da compilação dos artigos da responsabilidade dos seus editores científicos designados pelas Universidades referidas.

Estamos em crer que a importância do tema, mas também da RILP como meio de comunicação científica, determinarão a conclusão da mesma e assegurarão à revista a continuidade da sua publicação. Queremos, para concluir, retomar a tese que justificou estas incursões no domínio da *Revista Internacional de Língua Portuguesa*.

Como antes afirmámos, a cultura, como recurso político e económico, tem ganho legitimidade e é hoje o eixo de uma nova estrutura assolada por uma racionalidade económica, de tal forma que a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento em “cultura” e nos seus resultados se tornam prioritários e politicamente relevantes. A cultura é no presente percebida como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atracção para o desenvolvimento económico e turístico, como mola de indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual.

A alta cultura tornou-se um recurso para o desenvolvimento urbano. As indústrias da cultura de massas, em especial as indústrias do entretenimento que integram a música, o filme, o vídeo, a televisão, as revistas, a difusão por satélite e por cabo, constituem importantes contributos para os Produtos Internos Brutos. Vendendo cidades, regiões ou inventada na tradição, a cultura como ideia e conceito ganha novos contornos analíticos.

As noções convencionais de cultura esvaziaram-se e o papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas política e económica. Se tomarmos aqui como pressuposto que a cultura não precisa de ser apreendida como a consideração particular de certos atributos (normas, valores, costumes ou crenças) que seriam as características de um qualquer grupo particular da sociedade, ou seja, como a sua intrínseca identidade, ela pode ser considerada como um sistema simbólico que permite que as pessoas partilhem significados e, por consequência, poderemos assumir que as transformações sociais e políticas estão culturalmente ancoradas. Com as indústrias culturais, o capitalismo tornou-se cultural. Este capitalismo, que conduz as mudanças de comportamento em todas as áreas culturais, terá na versão política a sua consagração na expressão *soft power* de Joseph Nye.

A língua enquanto código de cultura partilhado é fonte de *soft power*. Este tipo de poder está presente tanto na dimensão política, quanto na económica e na da cultura por via da língua, e mostra que o tipo de poder que a “cultura” veicula tem certamente graus de *imaterialidade* mas dá corpo a tipos de exercício do poder em formatos benévoloos que nos comprazemos a preferir em sociedades pacificamente organizadas.

Cultura e poder são forças interligadas que se podem utilizar como um instrumento em benefício estrutural. Importa assegurar que as comunidades de língua portuguesa o saibam conservar, potenciar e transmitir, no ano de 2009 que a Europa dedica à criatividade e inovação no âmbito da Agenda Cultural Europeia.